



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho
Comunicação Oral

INCLUSÃO SOCIAL NO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO: ANÁLISE A PARTIR DO REGIME DE INFORMAÇÃO¹

***SOCIAL INCLUSOPN PROGRAM ON A COMPUTER STUDENT:
ANALYSIS STARTING OF INFORMATION REGIME***

Janecey Silveira de Lima, Universidade Federal Rural do Semiárido
jane.silveira@ufersa.edu.br

Edivanio Duarte de Souza, UFAL
edivanioduarte@gmail.com

Resumo: A sociedade contemporânea se constrói por influência deliberada dos meios e processos de comunicação, assim como pela cultura e pelos processos educacionais, com destaque para a rede de computadores, em especial, à internet, que viabiliza o acesso à informação. Assim, os processos de inclusão social por meio de soluções tecnológicas têm aberto espaços para pesquisas e debates no cenário atual. Com isso, a tendência é que muitos Estados desenvolvam políticas públicas de informação para inclusão. Todavia, é preciso levar em conta que não basta apenas criar mecanismos operacionais, sem formular e promover uma política dentro de um regime de informação adequado ao favorecimento da inclusão digital, isso porque esses mecanismos enquanto ações de compartilhamento da informação deverão também considerar o armazenamento, a comunicação, o acesso e o uso desta. Frente a esse cenário discursivo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o regime de informação em que foi implantado o Programa *Um Computador por Aluno* no Estado da Paraíba e o seu alcance no domínio da inclusão social. A trilha metodológica entrelaça várias atividades correlatas à diversidade de sua constituição, contemplando um estudo de campo, com uma abordagem qualitativa e exploratória. O *corpus* da pesquisa se concentra em 05 (cinco) escolas. Os resultados da pesquisa indicam o mapeamento do regime de informação.

Palavras-chave: Inclusão social. Inclusão digital. Regime de informação. PROUCA.

Abstract:

Contemporary society is built by deliberate influence of media and communication processes, as well as the culture and the educational processes, especially the computer network, in particular the internet, facilitating access to information. Thus, the processes of social inclusion through technology

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

solutions have open spaces for research and debate in the current scenario. With this, the tendency is that many States develop public policy information for inclusion. However, one must take into account that not only create operational mechanisms without formulate and promote a policy within an information system suited to favoring of digital inclusion, that because such mechanisms as the information transfer of shares should also consider the storage, communication, access and use of this. In the face of this discursive scenario, this study has the general objective to analyze the information system that was implemented the program One Computer per Student in the State of Paraíba and its scope in the field of social inclusion. The methodological trail intertwines various activities related to the diversity of its constitution, covering a field of study, with a qualitative and exploratory approach. The corpus of the research focuses on five (05) schools. The survey results indicate the mapping of information regime.

Keywords: Social inclusion. Digital inclusion. Information regime. PROUCA.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de inclusão social por meio de soluções tecnológicas têm aberto espaços para pesquisas e debates no cenário atual. Essas soluções, denominadas inclusivas, têm sido destacadas como sendo uma saída para a superação da exclusão social, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo ensino/aprendizagem uma vez consideradas desterritorializadas, interativas, atraentes e, acima disso, democráticas.

Há de se considerar, contudo, o desenvolvimento de outra vertente, isso porque inclusão e exclusão fazem parte do mesmo processo, e por esta sociedade possuir desigualdades e ser constituída por diversos tipos de exclusões, faz-se necessário um olhar criterioso na aplicação de qualquer natureza de “soluções” de inclusão nas especificidades de cada região. A sociedade se constrói por influência deliberada dos meios e processos de comunicação, assim como pela cultura e pelos processos educacionais, com destaque para a rede de computadores, em especial, a internet, que viabiliza o acesso à informação.

Com efeito, a informação se apresenta como matéria prima da qual se extrai o conhecimento (McGARRY, 1999) e também força produtiva de transformação social, uma vez fomentada por meio de ações políticas, científicas e informacionais. É nessa acepção que a Ciência da Informação estuda o uso das tecnologias associadas às técnicas de gestão, possibilitando analisar a informação desde a sua essência até o processo de transformação de dados em informações que auxiliarão na construção do conhecimento, envolvendo a aplicabilidade e o uso da informação, as interações entre pessoas e organizações, e as ações de informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

Cumprir discutir ainda que a disseminação da informação em meio virtual no contexto educacional, em essência, contribui com a rapidez na divulgação de conteúdos atualizados. O ambiente virtual favorece a criação de canais de informação, o compartilhamento e a

colaboração entre usuários.

Vale ressaltar que uma política deve ter a capacidade e a flexibilidade de se adequar aos contextos emergentes da sociedade, caracterizados pelo uso intensivo de informação, além da criação de mecanismos de qualidade dos conteúdos informacionais depositados em rede. É preciso levar em conta que não basta apenas criar mecanismos operacionais, sem formular e promover uma política dentro de um regime de informação adequado ao favorecimento da inclusão digital, isso porque esses mecanismos enquanto ações de transferência da informação deverão também considerar o armazenamento, a comunicação, o acesso e o uso desta.

Os programas de inclusão social e digital devem ser implantados e analisados considerando aspectos contextuais mais amplos, que abarquem o conjunto de elementos e/ou variáveis que condicionam a sua efetividade e a melhor compreensão. É justamente em função disso que esta pesquisa, resultado de uma dissertação em curso de mestrado, concluída, centra na compreensão da efetividade da contribuição do Programa *Um Computador por Aluno* (PROUCA), no processo de inclusão social, por meio do regime de informação, constitutivo de um conjunto de elementos (sujeitos ou atores sociais, artefatos tecnológicos, políticas e/ou programas, e ação) que possibilita não apenas a inclusão social, mas as diversas dinâmicas que envolvem os processos informacionais.

Um regime de informação, com efeito, é qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais – de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos de informação (FROHMANN, 1995). A implantação de um programa como o PROUCA deve levar em consideração os aspectos mais amplos, inclusive de política e de gestão, que possibilitam o melhor desenvolvimento das atividades e o efetivo alcance dos objetivos a que se propõe. Da mesma forma, um estudo que tenha abordagem analítica considerando esses aspectos possibilitará melhor compreensão da realidade fática. A distribuição de equipamentos, rede sem fio e capacitação, é eixo central do PROUCA. Dessa forma, apenas essa proposta e o conjunto de atividades que a compõe pode não resultar essencialmente em inclusão social.

Frente a esse cenário, em que há a necessidade de eficientes regimes de informação, tem-se o PROUCA, que é destinado a alunos de escolas públicas de ensino básico. Essa ação surge como uma proposta de inclusão digital, com uma peculiaridade ímpar de inovação, por meio da construção social e do envolvimento coletivo dos atores na condição de usuários de informação com o uso de ferramentas digitais de informação e comunicação.

É importante frisar que a presença do Governo Federal na construção de políticas públicas para inclusão, de forma que promova um alcance maior do acesso à informação e do seu respectivo uso, em meios digitais, é algo elementar dentro de um sistema integrador de transformação social por meio de políticas. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o regime de informação em que foi implantado o PROUCA no Estado da Paraíba e o seu alcance no domínio da inclusão social.

Nossa primeira sessão corresponde a esta introdução, que traz a contextualização temática, bem como a problematização e os objetivos da pesquisa, de forma que o leitor entenda o norte discursivo do trabalho.

A segunda sessão trata das modalidades de inclusão, ou seja, a social e a digital, onde é feita uma discussão teórica, correlacionando esses níveis, por meio de diferenciação, características e problematizações.

Na terceira sessão, trazemos conceitos de regime de informação assim como o mapeamento do regime do PROUCA na Paraíba. Em seguida, tem-se os procedimentos metodológicos, bem como os resultados da pesquisa realizada.

2 INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

O tema inclusão social e digital tem sido objeto de debates e pesquisas em diversos setores da sociedade, principalmente nos discursos políticos dos governos, com a criação de programas de inclusão. Todavia, uma preocupação que recai acerca da aplicação desses programas é o entendimento de que incluir digitalmente resulta, de pronto, também em inclusão social. Essa constatação corresponde ao ponto de partida nesta discussão, pois há divergências acerca dela.

Com o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), de modo geral, e da Internet, de modo específico, o Governo Federal deve promover a universalização do acesso aos meios eletrônicos e digitais de informação e do uso destes para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas informacionais de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A tentativa de acabar com a exclusão digital, torna-se elemento-chave nesse quadro (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

É bem verdade que a cada sistema criado que busque a inclusão, existe a possibilidade de gerar os seus excluídos. Isso ocorreu desde a invenção da escrita, passando pela impressão,

pelo telefone, entre outros. Porém, conforme Lévy (1999, p. 234, grifo do autor):

É certo que é preciso favorecer de todas as formas adequadas a facilidade e a redução dos custos de conexão. Mas o problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente da tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Os novos instrumentos deveriam servir prioritariamente para valorizar a cultura, as competências, os recursos e os projetos locais, para ajudar as pessoas a participar de coletivos de ajuda mútua, de grupos de aprendizagem cooperativa, etc. Em outras palavras, na perspectiva da cibercultura assim como nas abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos.

Diante desse contexto, o Governo Federal tem trabalhado na perspectiva de diminuir a exclusão, principalmente a digital. Nesse sentido, Lemos (2007, p. 16) compreende que:

A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente no país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar.

Com a explosão das TDICs, na atual sociedade, as camadas menos favorecidas não têm acompanhado as mudanças estruturais e conceituais dessa realidade caracterizada e materializada pelo uso da informação em rede. Isso acarreta novos tipos de exclusão, a digital e a social.

A informática facilitou a vida dos cidadãos, mas ao mesmo tempo aprofundou as diferenças entre as classes sociais, pois quem não utiliza suas tecnologias encontra dificuldades de conseguir boas oportunidades de emprego, estudo e lazer (SANTOS, 2007, p. 16).

A fusão entre inclusão social, cultura e economia implica na superação da marginalidade e na consequente inserção na cultura e na economia, sejam simultâneas e também intermediadas pelo computador. Isoladamente, o acesso às tecnologias poderia promover ainda mais desigualdade, visto que os indivíduos que não possuem as habilidades para acessar, adaptar e criar novo conhecimento tornar-se-iam meras ferramentas dentro de um sistema capitalista e estratificado, causando a exclusão social (CAZELOTO, 2008).

A inclusão digital não pode e não deve ser vista como uma prática isolada, como se

esse tipo de inclusão fosse apenas o acesso às máquinas e aos softwares, e seus respectivos usos. A inclusão digital não é um fim em si mesma, no sentido de garantir acesso às TDICs, mas é, acima de tudo, um meio para que as pessoas possam construir e acessar políticas públicas para praticar a cidadania tecnológica, fortalecendo as suas organizações e se empoderando do conhecimento crítico e participativo. Afirmamos que o desafio posto é relacionar esse processo de inclusão a uma política de formação e educação que ampare todas as iniciativas e etapas de uma cidadania ativa e sustentável (MIRANDA; OLIVEIRA; SOUZA, 2007).

Nesse sentido, Silveira (2001, p. 33) salienta que incluir digitalmente significa universalizar o “acesso ao computador conectado à Internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia”.

Paralelo a isso, os programas de inclusão digital devem ser desenvolvidos dentro de um regime de informação, correlacionando o uso de TDICs a ações de informação. Isso porque o regime de informação atua com situações cotidianas ligadas ao acesso à informação e à sua respectiva circulação. Trata-se, pois, de verificar, no campo de pesquisa, as práticas sociais e a cultura dos membros de uma comunidade, neste estudo, a escolar. De modo mais preciso, a forma como eles se comunicam e interagem, as fontes de informação utilizadas para se informarem, o fluxo da informação e a forma como circula, as condições que a informação pode se apresentar como insumo no contexto social, econômico, político e histórico dessas pessoas. (EKBI, 2009 *apud* FARIAS; VARELA; FREIRE 2013).

O que se torna evidente é que não basta criar fontes de informação, sem empreender e analisar seus resultados, e, principalmente, que se faz necessário desenvolver modelos de ações que possam levar a inserção de professores e alunos na sociedade.

3 REGIME DE INFORMAÇÃO

O regime de informação constitui, em potencial, o entendimento da aplicabilidade de uma política de informação em sua perspectiva temática, metodológica, conceitual e tecnológica, principalmente no que concerne à abordagem das ações de informação nas esferas públicas, institucionais, políticas, organizacionais, entre outras. O regime de informação é constituído por artefatos, atores, ações e os dispositivos de informação, que entrelaçam um mesmo domínio de orientações estratégicas.

Na Ciência da Informação, o conceito acerca do regime de informação foi desenvolvido por Frohmann, em 1995, que tinha como propósito caracterizar o fluxo de informação. Esse regime consiste em um “conjunto de redes onde as informações são

transferidas de seus produtores, por canais determinados, com a mediação de estruturas organizacionais às comunidades específicas ou aos consumidores” (FROHMANN, 1995, p. 4).

Há de se considerar também que, na visão de González de Gómez (2012, p. 43), os regimes de informação possuem um:

Modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.

Frohmann (2008), em sua teorização sobre os regimes informação, critica ações individuais por considerarem os sujeitos como seres isolados do mundo, como se cada sujeito que se relaciona com a informação não estivesse envolto em uma série de dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Por isso, não se pode pensar em incluir digitalmente, sem pensar no social.

Ainda no tocante ao eixo da inclusão digital, o regime de informação não é uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece na maioria dos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento e, em última análise, transformando utilização em apropriação. A reflexão crítica da sociedade deverá gerar praticas criativas de recusa de todas as formas de exclusão social. A apropriação dos meios deve ocorrer de forma ativa. Por isso, as categorias econômicas e cognitivas são tão ou mais importantes que a categoria técnica nos processos de inclusão social (LEMOS; COSTA, 2005, p. 2).

3.1 REGIME DE INFORMAÇÃO NO PROUCA NO ESTADO DA PARAÍBA

Para melhor entender a noção de regime de informação e como foi descrito na análise do PROUCA, utilizamos como base o modelo apresentado por Pereira (2008), conforme a Figura 1.

Figura 1 - Política de Inclusão Digital na Perspectiva do Regime de Informação



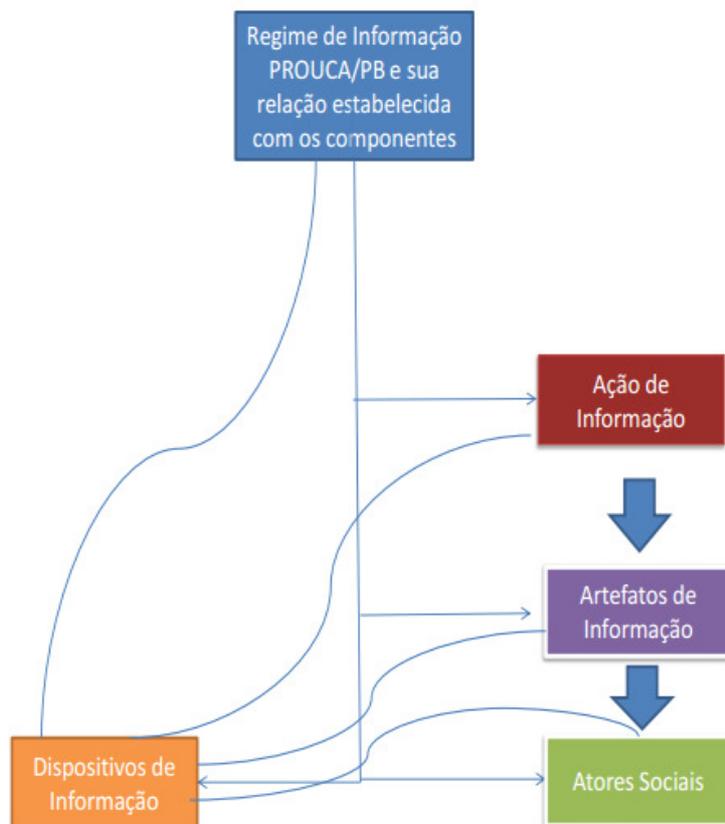
Fonte: Pereira (2008).

Conforme esse modelo, é possível identificar por meio de um mapeamento a descrição de cada elemento que constitui o regime de informação do PROUCA e suas atribuições de forma que seja possível a realização de sua análise. Preliminarmente, é importante considerar que cada programa pode apresentar um regime de informação específico e, nesse sentido, é condição necessária compreender o conjunto de elementos que compõe o PROUCA/PB.

Merece destacar que os componentes dos regimes de informação devem sempre estar atrelados a toda conjuntura do fluxo de informação. No entanto, conforme menciona Delaia (2008, p. 50) a forma com que se estabelecem as ligações e inter-relações entre os “atores sociais, os artefatos de informação, os dispositivos de informação e as ações de informação é que caracteriza a identidade de uma instituição, empresa, escola, universidade”.

Para um melhor entendimento da sistematização do regime de informação e de suas relações utilizamos um modelo adaptado de Delaia (2008), conforme a Figura 2.

Figura 2 – Representação gráfica do Regime de Informação.



Fonte: Adaptado de Delaia (2008).

Na Figura 2, percebemos a relação dos componentes e a clareza da retroalimentação entre suas partes. O regime de informação, a exemplo do PROUCA/PB, traz em seu “bojo o intenso fluxo de informação propiciada pelo avanço tecnológico nas áreas de informática e telecomunicações” (UNGER, 2006, p. 70). A partir do regime de informação que podemos identificar e caracterizar os sujeitos, as regras e as autoridades, bem como os caminhos que os recursos informacionais percorrem.

No regime do PROUCA, os dispositivos correspondem ao componente responsável pelo direcionamento das ações de informação, onde os atores constroem tais ações por meio dos artefatos. O Governo, nesse caso, tem uma grande parcela na construção da política no momento da criação do regime de informação, tratando desde o comportamento às condições das ações no contexto de sua aplicação.

Nesse cenário, Unger e Freire (2008, p. 85) compreendem que os regimes de informação “são a substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar ao estágio atual”.

No PROUCA/PB, o regime de informação nem sempre reveste os atores de uma

posição privilegiada, uma vez que não contempla elementos que atenda a uma universalidade externa, ou seja, problemas inerentes à falta de estrutura que se veem nas escolas, a exemplo da exclusão social que se encontra em muitos estudantes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como abordagem o método qualitativo, na medida em que se utilizou de dados descritivos mediante a relação direta, indireta e interativa do pesquisador com a situação objeto de estudo, valendo da razão discursiva (TRIVIÑOS, 2006). Quanto aos objetivos, a pesquisa se inseriu em um universo exploratório, visando maior aproximação ao objeto de estudo e, por conseguinte, melhor entendimento sobre os elementos que os constituem.

O universo desta pesquisa foi composto por 06 (seis) escolas estaduais e 04 (quatro) municipais da Paraíba que são contempladas com o Programa do Governo Federal *Um Computador por Aluno*. O *corpus* de pesquisa se concentrou em 05 (cinco) escolas distribuídas em 04 (quatro) cidades, a saber: *Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Boto de Menezes* (João Pessoa); *Escola Normal Estadual Pedro Augusto de Almeida* (Bananeiras); *Escola Estadual de Ensino Médio Fazenda Buracão* (Sapé); *Escola Municipal de Ensino Fundamental Rotary Dr. Francisco Brasileiro* e *Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Rosário* (Campina Grande).

O procedimento inicial consistiu na leitura dos documentos existentes no portal do Ministério da Educação (MEC) que tratam do PROUCA de forma a subsidiar o entendimento das ações que visam esse programa e também para que se tornasse possível avaliar a satisfação dos envolvidos, bem como a intenção do alcance social.

O caminho metodológico iniciou com pedido de autorização para a realização da pesquisa juntamente com a apresentação do projeto aos gestores das escolas selecionadas. Depois de concedida a autorização, agendamos por telefone as visitas com antecedência de um mês.

As análises e discussões dos resultados foram feitas tomando como base os referenciais teóricos, por intermédio do estabelecimento de correlações entre estes e os dados coletados, procurando responder ao problema de pesquisa e, por conseguinte, alcançar os objetivos inicialmente traçados. Com efeito, segundo Marconi e Lakatos (1999), para a análise dos dados, o pesquisador procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

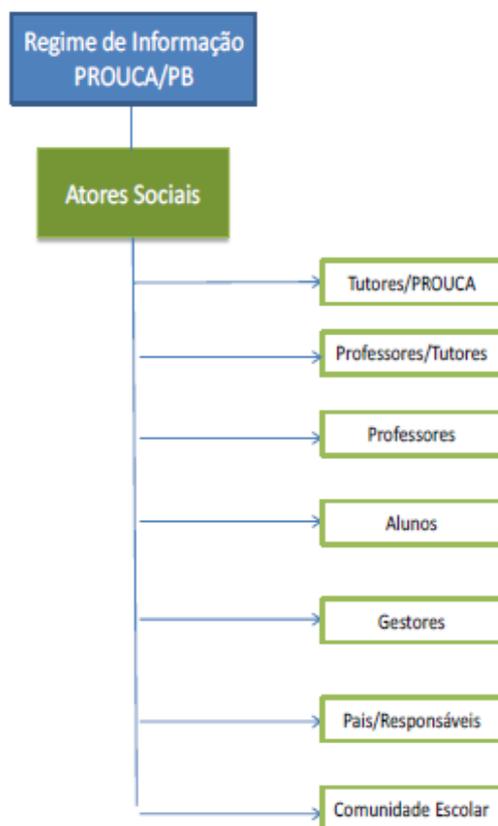
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O regime de informação foi considerado sob a ótica do ambiente da aplicação da experiência do projeto, nas relações interpessoais e nas relações com a realidade. A definição da análise do regime de informação está pautada, em grande medida, nas construções teóricas sobre seus objetivos e conceitos, isso porque raramente se encontra referências na literatura que direcione para a definição de uma abordagem específica.

Realizamos a análise do regime com base nas diretrizes que contemplam o PROUCA/PB por meio de observações na condução teórico-metodológica acerca de sua constituição e dos métodos à luz da Ciência da Informação. No regime do PROUCA, os dispositivos correspondem ao componente responsável pelo direcionamento das ações de informação, onde os atores constroem tais ações por meio dos artefatos. O Governo, nesse caso, tem uma grande parcela na construção da política no momento da criação do regime de informação, tratando desde o comportamento às condições das ações no contexto de sua aplicação.

No PROUCA/PB, o regime de informação nem sempre reveste os atores de uma posição privilegiada, uma vez que não contempla elementos que atenda a uma universalidade externa, ou seja, problemas inerentes à falta de estrutura que se veem nas escolas, a exemplo da exclusão social que se encontra em muitos estudantes.

Figura 3 – Atores sociais do Regime de Informação do PROUCA/PB



Fonte: Elaborada pela autora (2014).

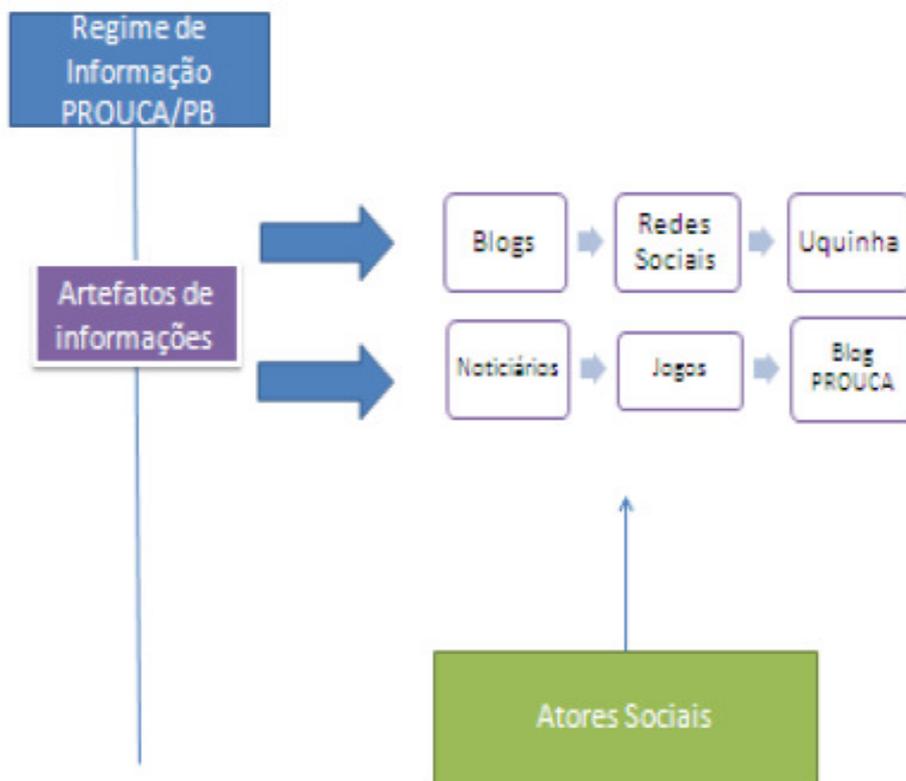
A rigor, cada componente de um regime de informação exerce uma função e, nesse contexto, os atores sociais são responsáveis por fases do processo de construção, desenvolvimento e atuação das políticas públicas. Seja na indicação dos problemas sociais ou na elaboração de ações para tornar as soluções de acesso à informação viável, cada ator social é fundamental neste processo.

O mapeamento dos atores foi realizado na perspectiva social, compreendendo indivíduo, grupo ou instituição que desempenham atividades no PROUCA/PB. Os atores sociais mencionados na Figura 3 trabalham de forma a produzirem novos conhecimentos por intermédio da ferramenta do *uquinho*², que possibilitou aos professores, a partir de suas disciplinas e com o apoio da equipe de formadores, construir um aparato informacional e tecnológico digital, além de outros artefatos de informação.

Os artefatos de informação são elementos que os atores sociais buscam, compartilham, comunicam a informação, ou seja, as fontes de informação, conforme apresentados a Figura 4.

² Nome dado pelos alunos ao *laptop* utilizado no projeto.

Figura 4 – Artefatos de Informação do PROUCA/PB



Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Vale salientar que há uma discussão sobre a necessidade de artefatos de informação adequadas ao processo de inclusão. Nesse contexto, para Marchiori (2002, p. 75), a Ciência da Informação “tem a necessidade do gerenciamento de recursos de informação, o monitoramento, a localização, a avaliação, a compilação e a disponibilidade de fontes de informação [...] no âmbito de diferentes fluxos de informação”.

Buscando entender quais os artefatos de informação mais utilizados durante a implantação do PROUCA, fizemos o uso de uma questão acerca dos espaços/fontes de informação que os alunos mais acessam no laptop, como podemos observar no Gráfico 1. Deixamos claro que o aluno poderia marcar mais de uma opção e também citar quais dessas fontes eles mais acessam.

Gráfico 1: Artefatos/fontes de informação mais acessado no *laptop*



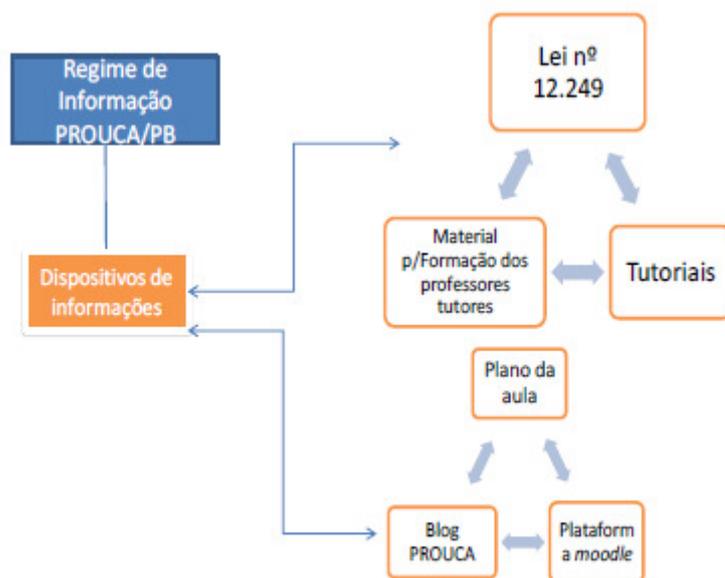
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao analisarmos os resultados no Gráfico 1, destacamos que as redes sociais e os jogos são os mais acessados. De um total de 15 (quinze) alunos, 10 (dez) acessam as redes sociais, sendo o *Facebook* o mais acessado. Com o acesso aos artefatos de informação, as redes sociais passam a fazer parte do cotidiano dos alunos. As redes podem se tornar ferramentas de interação valiosas para auxiliar no trabalho em sala de aula, desde que utilizadas adequadamente.

A maioria dos alunos faz uso de alguns sites relacionados à atividade proposta em aula, a exemplo do *Facebook*, visto que as redes sociais são trabalhadas em conjunto com uso de sites educativos, jogos, editores de texto, e o dicionário *online*.

Em contrapartida, os *sites* de redes sociais podem representar uma vantagem para os alunos, pois permitem o diálogo entre companheiros, promovendo o compartilhamento de recursos, facilitando a colaboração, além de desenvolver habilidades de comunicação. (SIEMENS; WELLER, 2011; LEVIS, 2011).

Figura 5 - Dispositivos de informação do PROUCA/PB



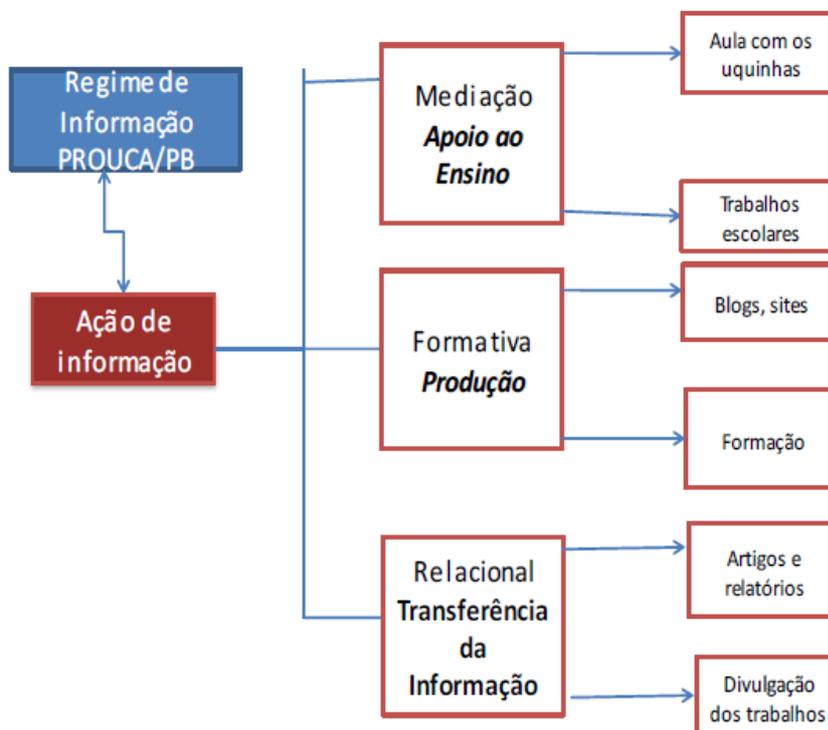
Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Cada dispositivo apresentado na Figura 5 possui finalidades e importância no funcionamento do programa. Tudo se inicia com a Lei nº 12.249, que cria o PROUCA em âmbito nacional. Toda política de informação pública necessita de respaldo legal. Para que os professores das escolas pudessem efetivar a implantação prática do programa, tiveram que passar por formação específica utilizando do *material* destinado aos professores, inclusive com o uso de tutoriais, através da *plataforma moodle*. Para dar suporte a esses dispositivos, no Estado da Paraíba, foi criado o *blog* do PROUCA/PB de modo que auxiliasse aos professores em seus planos de aula e na divulgação proativa de informações.

No campo do PROUCA, a ação de informação nas seguintes categorias: **Mediação:** aula com os uquinhas e os trabalhos escolares; **Formativa:** Blogs e sites, além da formação com os professores das participantes; e a **Relacional:** referente à divulgação dos trabalhos oriundos da experiência do PROUCA.

González de Gómez, (2003, p. 37) sintetiza ao dizer que “toda ação de informação tem uma orientação afim, mas só num caso essa finalidade é a geração de informação como potência e competência de transformação – nela mesma”. Diante desse contexto, temos abaixo representada pela figura 06 a ação de informação do PROUCA/PB.

Figura 6 - Ação de informação do PROUCA/PB



Fonte: Adaptado de Santos (2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objeto a inclusão social proporcionada pelo Programa *Um Computador por aluno* e o seu regime de informação em que se inscreve. Neste trabalho, realizamos a discussão da inclusão social com o PROUCA, mesmo sabendo que o programa é voltado para a inclusão digital. Somado a isso, identificamos os elementos que compõem o regime de informação do PROUCA na Paraíba, tais como os atores sociais, os artefatos, os dispositivos e as ações, de modo que ressaltamos que esse regime reúne esses elementos em torno de um interesse comum, ou seja, das práticas de informação.

O regime de Informação o PROUCA/PB foi desenvolvido em um modo informacional dominante, onde mapeamos os sujeitos, as regras, os recursos e as autoridades informacionais. Vale destacar que o regime de informação do PROUCA é algo definido, mas até então nunca descrito. Dessa forma, Unger (2006, p. 28) sinaliza que os regimes “são constituídos por políticas originadas de órgãos privados ou governamentais, abrigam no seu seio pessoas de diferentes camadas sociais e econômicas que têm necessidades informacionais”.

O conceito do regime de informação foi útil para a compreensão do ambiente em que ocorreu o PROUCA na Paraíba, tendo em vista que o mesmo possui elementos diferentes do

nacional. Além disso, traçar o regime de informação local permitiu compreender o cenário sobre o tipo de inclusão promovida pelo programa.

Diante dos resultados da pesquisa e das reflexões apresentadas, chegamos à conclusão que o PROUCA conseguiu alcançar o objetivo da inclusão digital, levando em consideração Santos (2007), que caracteriza essa inclusão como uma mudança de comportamento, que ocorre no momento em que o indivíduo atinge um grau de capacitação para utilizar, processar e interagir com artefatos de informação, utilizando-se de recursos tecnológicos aliados ao desenvolvimento de competências nas áreas motora, cognitiva e afetiva.

Percebemos também que houve tentativas de favorecer a inclusão social, com a oferta de internet e o manuseio de computadores, que, para muitos foi a primeira vez. Todavia, apenas as ações da escola não são passíveis de incluir os alunos socialmente e de forma igualitária.

REFERÊNCIAS

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207 jan./abr. 2007.

CAZELOTO, E. **Inclusão digital**: uma visão crítica. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FARIAS, M. G. G. VARELA, A. V. FREIRE, I. M. Construção e acionamento de um modelo de mediação da informação. **Informação & sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 175-188, set./dez. 2013.

FROHMANN, B. **Taking information policy beyond information science**: applying the actor network theory. 23. Annual Conference: Canadian Association for Information, 1995.

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. 19-34.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e pós-graduação na área: anotações

para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

LEMOS, A. **Cidade Digital – Portais, Inclusão e Redes no Brasil**. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

_____. COSTA, L. F. Um modelo de inclusão social: o caso da cidade de Salvador. **Revista de economia política de las tecnologías de la información y Comunicación**, v. 8, n. 6, set./dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2014.

LEVIS, D. Redes educativas 2.1 – médios sociales, entornos colaborativos y procesos de enseñanza y aprendizaje. **Revista de Universidad del Conocimiento (RUSC)**, v. 8, n.1, p. 7-24, 2011. Disponível em: <http://rusc.uoc.es.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/vbn1-levis/v8n1-levis>. Acesso em: 10 jan 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília,D.F., v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago.2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, D.F.: Briquet de Lemos, 1999.

MIRANDA, L. C. *et al.* **Laptops** educacionais de baixo custo: prospectos e desafios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 18., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007.

PEREIRA, P. M. S. **Necessidade e uso de informação no contexto da inclusão digital**: uma visão do projeto de Telecentros comunitários de Quissamã/RJ. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, D. B. **Avaliação de Habilidades de Inclusão Digital**: uma Proposta de Instrumento de Medida. 2007. 66p. Monografia (Bacharelado em Ciência da Computação) - Universidade de Brasília, Brasília, D.F., 2007.

SANTOS, R. N. R. **Competência em informação e inclusão digital no Projeto Um Computador por Aluno no Ceará**. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. 2014.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SIEMENS, G.; WELLER, M. El impacto de las redes sociales em La enseñanza y el aprendizaje. **Revista de Universidad del Conocimiento (RUSC)**, v. 8, n.1, p. 157-163, 2011. Disponível em: <http://rusc.uoc.es.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n1-siemensweller/v8n1-siemens-weller>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TAKARASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde., Brasília,D.F.: MCT, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

UNGER, R. J. G. **Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação**. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Rio de Janeiro: Convênio IBICT – UFF, 2006. Disponível em:< > . Acesso em: 24 mar. 2014.

_____; FREIRE, I. Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**,Campinas, v.2, n. 2, p. 87-114, jan/jun. 2008.